

**ATA NÚMERO 14/XIII/ 1.ª SL**

Aos 27 dias do mês de janeiro de 2016, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na sala 9 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Apreciação e votação das Atas n.º 11 e 12.**
2. **Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 7/XIII/1.ª (GOV) - Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, transpondo a Diretiva (UE) n.º 2015/121, do Conselho, de 27 de janeiro de 2015, que altera a Diretiva n.º 2011/96/UE do Conselho, de 30 de novembro de 2011, relativa ao regime fiscal comum aplicável às sociedades-mães e sociedades afiliadas de Estados-Membros diferentes.**
3. **Apreciação e votação do relatório sobre a Petição n.º 550/XII/4.ª – “*Solicitam que as despesas tributadas à taxa de 23% de IVA sejam consideradas pelas finanças como despesas de educação*”.**  
**Relatora: Deputada Margarida Balseiro Lopes (PSD).**
4. **Apreciação e votação do relatório sobre a iniciativa europeia COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO BANCO CENTRAL EUROPEU, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU, AO COMITÉ DAS REGIÕES E AO BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO - Análise Anual do Crescimento para 2016 - Reforçar a retoma e fomentar a convergência [COM(2015)690].**  
**Relator: Deputado Paulo Trigo Pereira (PS).**
5. **Apreciação e votação do relatório sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) 806/2014 com vista à criação do Sistema Europeu de Seguro de Depósitos [COM(2015)586].**  
**Relator: Deputada Margarida Mano (PSD).**
6. **Discussão e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 19/XIII/1.ª (PEV) - Repõe a taxa do IVA na restauração em 13% (Adita as verbas 3 e 3.1 à Lista II Anexa ao Código do**

**Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei nº 394-B/84, de 26 de dezembro).**

**Autor do parecer: Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD).**

- 7. Apreciação da Nota de Admissibilidade da Petição n.º 36/XIII/1.ª – “Alteração à Lei das Reformas Antecipadas”.**
- 8. Apreciação da Nota de Admissibilidade e nomeação de Relator da Petição n.º 40/XIII/1.ª – “Contra o prolongamento do vencimento dos Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis (VMOC) do Sporting”. (Relator cabe ao GP PSD).**
- 9. Apreciação da Nota de Admissibilidade e nomeação de Relator da Petição n.º 41/XIII/1.ª – “Uniformização de incentivos fiscais para cidadãos estrangeiros”. (Relator cabe ao GP PS).**
- 10. Designação dos membros da COFMA a indicar para a delegação parlamentar da Assembleia da República que participará na Conferência Interparlamentar sobre o Semestre Europeu 2016 e na Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação e Governação Económica na União Europeia.**
- 11. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo CDS-PP, solicitando à UTAO “uma análise e respetivo Parecer sobre o “Esboço do Orçamento do Estado para 2016” e de uma audição com o Senhor Ministro das Finanças”.**
- 12. Apreciação do relatório sobre leis parcialmente regulamentadas e não regulamentadas.**
- 13. Outros Assuntos.**

Após a Senhora Presidente dar início aos trabalhos, pediu a palavra o Senhor Deputado João Galamba (PS), que perguntou à Senhora Presidente se tinha pedido parecer à UTAO sobre o esboço de Orçamento do Estado entregue pelo Governo na Assembleia da República. Após resposta positiva da Senhora Presidente, no sentido de efetuar uma interpretação atualista das normas sobre as competências da UTAO, o Senhor Deputado João Galamba (PS), notando que a Mesa e os Coordenadores não foram consultados, declarou que a Senhora Presidente não o poderia ter feito, uma vez que esta intervenção da UTAO, em concreto, não se encontra prevista nas suas competências. Referiu ainda que o PS vai votar favoravelmente o

requerimento do CDS-PP nesse ponto, mas que não aceita esta forma de atuar, entendendo que a Senhora Presidente extravasou a suas competências.

A Senhora Presidente sustentou que não é a COFMA que decide quando se exercem as competências da UTAO, uma vez que estas são exercidas conforme previsto normativamente. Referiu ainda que o anterior Presidente da COFAP também teria procedido desta forma na anterior legislatura.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) lembrou que na última reunião da COFMA, já a título informal, esta questão foi levantada e que o próprio solicitou que fosse agendada para a próxima reunião. Notando que o anterior e a atual Presidentes da Comissão sempre consultaram os Coordenadores nas questões mais urgentes e menos objetivas, reiterou que essa deve ser a prática e considerou que a Senhora Presidente extravasou as suas competências.

A Senhora Presidente frisou que tomou nota da posição do PCP, mas reiterou que acionou uma competência da UTAO e que não vê especial melindre nesta situação.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) referiu que não foi contactado, enquanto Coordenador do GP PSD, mas defendeu que esta matéria se insere no processo orçamental e que o que a Senhora Presidente fez foi ganhar tempo para que a UTAO pudesse realizar o seu trabalho em tempo útil.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) declarou não colocar em causa a boa vontade da Senhora Presidente, mas que, não havendo uma metodologia estabelecida (e não havendo sequer uma votação), poderia haver várias opiniões sobre os procedimentos a adotar, devendo-se discutir as mesmas, até para ficar definido para o futuro.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) considerou que não é estranho ver nas competências da UTAO a possibilidade de pedir um parecer sobre o esboço do OE. Afirmou que, mesmo sem aprofundar a questão, parece até mais profícuo que a Senhora Presidente se tenha antecipado e que a essência da discussão, que é obter o parecer da UTAO, se encontra consensualizada.

A Senhora Presidente manifestou o seu entendimento de que a sua atuação não era, sequer, discricionária, mas uma exigência.

O Senhor Deputado João Galamba (PS) referiu que o pedido de parecer sobre o esboço de OE não está incluído no Plano de Atividades da UTAO, não decorrendo do mandato da Senhora Presidente interpretar extensivamente as competências da UTAO, uma vez que o Governo nem é obrigado a mandar para a Assembleia da República o esboço de OE. Sublinhou que o anterior Presidente da Comissão não pediu pareceres à UTAO sem passar pela Comissão.

A Senhora Presidente considerou não um seu direito mas uma responsabilidade legal acionar as competências da UTAO.

O Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS), na qualidade de Vice-Presidente da Comissão, declarou que já manifestou, em momento prévio, a sua discordância com a atitude da Senhora Presidente, defendendo que as questões menos consensuais deverão ser submetidas à mesa. Sustentou que, para que esta discussão produza efeitos, deverá ficar estabelecido que a Senhora Presidente só poderá exercer as suas competências face à UTAO no quadro do seu Plano de Atividades. Acrescentou que o anterior Presidente da

Comissão lhe transmitiu que as questões que extravasavam o Plano de Atividades da UTAO eram colocadas à mesa e aos Coordenadores.

A Senhora Presidente referiu que foram introduzidas no Regulamento as alterações sugeridas pelos GP's e que, no mesmo, a referência à consulta à mesa tem por base as Ordens do Dia. Saliu que, pelo menos quanto à substância, estão todos de acordo.

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) lembrou que as competências são indisponíveis e que o esboço do OE está abrangido pelas normas que regulamentam aquelas. Defendeu que a Senhora Presidente estava impedida de não pedir parecer sobre o esboço do OE.

Propôs que se estabeleça como, de futuro, deve ser debatido o esboço de OE e manifestou a sua concordância com a posição assumida pela Senhora Presidente.

O Senhor Deputado Eurico Brilhante Dias (PSD) sublinhou que o que está em causa é a forma como a mesa se relaciona com a Comissão. Declarou entender que o ponto de vista do Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) corrobora que a questão deveria ter sido previamente discutida. Respondeu o Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) que a questão do procedimento na COFMA é diferente do pedido de parecer à UTAO.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) efetuou então uma interpelação à mesa no sentido de passar ao ponto 1 da reunião.

#### **1. Apreciação e votação das Atas n.º 11 e 12.**

As atas n.ºs 11 e 12 foram aprovadas.

#### **2. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 7/XIII/1.ª (GOV) - Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, transpondo a Diretiva (UE) n.º 2015/121, do Conselho, de 27 de janeiro de 2015, que altera a Diretiva n.º 2011/96/UE do Conselho, de 30 de novembro de 2011, relativa ao regime fiscal comum aplicável às sociedades-mães e sociedades afiliadas de Estados-Membros diferentes.**

O Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) levantou uma questão relacionada com a técnica legislativa, de interpretação das normas a aprovar. O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) manifestou a mesma dúvida, mas considerou-se esclarecido pela intervenção do Governo no debate na generalidade.

A proposta de lei foi aprovada por unanimidade. O registo das propostas de alteração, do Relatório de Votações e do Texto Final pode ser consultado na [página internet](#) da iniciativa

**3. Apreciação e votação do relatório sobre a Petição n.º 550/XII/4.<sup>a</sup> – “Solicitam que as despesas tributadas à taxa de 23% de IVA sejam consideradas pelas finanças como despesas de educação”.**

**Relatora: Deputada Margarida Balseiro Lopes (PSD).**

A Senhora Deputada Margarida Balseiro Lopes (PSD) apresentou o relatório da Petição, tendo o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) sugerido a retirada da palavra “profundas” nas referências às alterações legislativas em sede de IRS aprovadas na sessão legislativa passada. A Senhora Deputada relatora concordou e o relatório foi aprovado por unanimidade.

**4. Apreciação e votação do relatório sobre a iniciativa europeia COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO BANCO CENTRAL EUROPEU, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU, AO COMITÉ DAS REGIÕES E AO BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO - Análise Anual do Crescimento para 2016 - Reforçar a retoma e fomentar a convergência [COM(2015)690].**

**Relator: Deputado Paulo Trigo Pereira (PS).**

O Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS) apresentou o relatório por si elaborado, sintetizando a fundamentação e as conclusões do mesmo. Enfatizou o facto de os projetos aprovados pelo Fundo Europeu de Investimento Estratégico serem-no em face do respetivo mérito e que dos quarenta e um projetos aprovados pelo FEIE nenhum é português.

Levantou a questão da relevância destes relatórios para a Comissão Europeia, lembrando a desproporcionalidade entre o número de relatórios elaborados e o número de respostas da CE e sugerindo que se refletisse sobre esta questão, no que foi acompanhado pelos Senhores Deputados João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Paulo Sá (PCP).

A Senhora Presidente referiu também que esta questão foi levantada pelo Senhor Vice-Presidente da Assembleia da República Jorge Lacão, em Conferência de Presidentes de Comissões Permanentes.

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira interveio para manifestar concordância com o teor do relatório, salientando que o mesmo aprofundou questões relevantes e sugeriu uma pequena alteração relacionada com a valoração da potencial subida da taxa de inflação, tendo o Senhor Deputado relator concordado com a mesma.

O Senhor Deputado Eurico Brilhante Dias (PS) acrescentou que há um GT, na CAE, a avaliar a metodologia de escrutínio das iniciativas europeias.

O relatório foi aprovado por unanimidade

**5. Apreciação e votação do relatório sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) 806/2014 com vista à criação do Sistema Europeu de Seguro de Depósitos [COM(2015)586].**

**Relator: Deputada Margarida Mano (PSD).**

A Senhora Deputada Margarida Mano (PSD) apresentou o relatório por si elaborado, sintetizando a fundamentação e as conclusões do mesmo. O Senhor Deputado João Galamba (PS) saudou a Senhora Deputada relatora, tal como o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), que, todavia, manifestou discordância relativamente a vários considerandos, nomeadamente sobre a inclusão de afirmações da EU sem identificação das mesmas. A Senhora Mariana Mortágua (BE) afirmou ter as mesmas objeções. A Senhora Deputada Margarida Mano (PSD) declarou-se disponível para efetuar algumas alterações mas não todas. O relatório foi aprovado com os votos a favor de PSD e CDS-PP, a abstenção do PS e os votos contra do BE e do PCP.

**6. Discussão e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 19/XIII/1.ª (PEV) - Repõe a taxa do IVA na restauração em 13% (Adita as verbas 3 e 3.1 à Lista II Anexa ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro).**

**Autor do parecer: Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD)**

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) apresentou o parecer por si elaborado, intervindo o Senhor Deputado João Galamba para saudar o Senhor Deputado relator. O parecer foi aprovado por unanimidade.

**7. Apreciação da Nota de Admissibilidade da Petição n.º 36/XIII/1.ª – “Alteração à Lei das Reformas Antecipadas”.**

A Senhora Presidente notou que a Nota de Admissibilidade propunha a reapreciação do despacho de baixa à COFMA, sublinhando que a competência para a matéria em causa na mesma é da 10.ª Comissão (CTSS).

**8. Apreciação da Nota de Admissibilidade e nomeação de Relator da Petição n.º 40/XIII/1.ª – “Contra o prolongamento do vencimento dos Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis (VMOC) do Sporting”. (Relator cabe ao GP PSD).**

O GP PSD indicou como relatora a Senhora Deputada Inês Domingos.

**9. Apreciação da Nota de Admissibilidade e nomeação de Relator da Petição n.º 41/XIII/1.<sup>a</sup> – “Uniformização de incentivos fiscais para cidadãos estrangeiros”. (Relator cabe ao GP PS).**

O GP PS indicou como relator o Senhor Deputado Ricardo Leão (PS).

**10. Designação dos membros da COFMA a indicar para a delegação parlamentar da Assembleia da República que participará na Conferência Interparlamentar sobre o Semestre Europeu 2016 e na Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação e Governação Económica na União Europeia.**

O GP PS indicou o Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira, ao passo que o GP PSD manifestou que indicaria mais tarde o nome do Senhor Deputado que integrará a delegação.

**11. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo CDS-PP, solicitando à UTAO “uma análise e respetivo Parecer sobre o “Esboço do Orçamento do Estado para 2016” e de uma audição com o Senhor Ministro das Finanças”.**

A Senhora Presidente considerou que a primeira parte do requerimento se encontrava já ultrapassada, nos termos do seu pedido. O Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) apresentou o requerimento, expondo os motivos que levaram à elaboração do mesmo.

O Senhor Deputado João Galamba (PS) considerou pertinente o primeiro ponto, declarando que o PS votará contra o segundo ponto por entender que a vinda do Ministro das Finanças no momento da apresentação do OE torna desnecessária a sua audição no âmbito da apresentação do respetivo esboço. Notou ainda que as previsões desautorizadas pela Comissão Europeia são as do PEC do XIX Governo.

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo notou também que o primeiro ponto já perdeu a sua atualidade e recordou que o Senhor Ministro vem a uma audição relativa à Conta Geral do Estado no dia 3, considerando esse momento adequado para a audição proposta pelo CDS-PP. Sustentou que os partidos que suportavam o XIX Governo sempre permitiram a vinda da Ministra nestas circunstâncias.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) salientou que não há prática relativa a esta matéria e que, perante o atual calendário, não faz sentido chamar o Ministro das Finanças para uma audição quando o OE está quase entregue na Assembleia da República. Manifestou concordância com o primeiro ponto do requerimento e discordância com o segundo.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) notou que o XIX Governo acertou nas previsões e aludiu a o que considera incómodo do PS em ouvir o Ministro das Finanças sobre o esboço do OE.

O Senhor Deputado João Galamba (PS) lembrou que o Ministro das Finanças vem ao Parlamento nos dias 29 de janeiro e 3 de fevereiro e que os Senhores Deputados podem fazer as perguntas que entenderem.



O Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) declarou que o CDS-PP está disponível para alterar a Ordem do Dia de dia 3, para permitir a audição do Ministro das Finanças, sem votação formal.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) reiterou a posição do PCP, recordando as três próximas audições do Ministro das Finanças.

O Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS) corroborou o já afirmado pelo Senhor Deputado João Galamba (PS) e pelo Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), sublinhando que o esboço do OE não tem detalhe e que haverá um momento indicado para discutir o OE.

A Senhora deputada Mariana Mortágua (BE) afirmou que, por norma, é a favor da vinda dos membros do Governo. Mas que havendo apresentação do OE no dia 5 e nova audição no dia 10, não faz sentido estar a proceder a uma audição especificamente sobre o esboço.

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) manifestou a concordância do PSD com a posição do CDS-PP e salientou que foram desencadeadas audições por notícias de jornais quando agora está em causa um documento, não fazendo sentido menorizar o mesmo.

O Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) notou que foi o Governo, ao apresentar oficialmente o esboço do OE, que valorizou o mesmo. Declarou que coloca a hipótese de efetuar perguntas ao Ministro das Finanças, sobre este tema, na audição de dia 3.

O segundo ponto do requerimento (audição do Ministro das Finanças) foi a votação, sendo rejeitado com os votos contra de PS, BE e PCP e os votos a favor de PSD e CDS-PP.

## **12. Apreciação do relatório sobre leis parcialmente regulamentadas e não regulamentadas**

Este ponto foi adiado para a reunião da próxima semana.

## **13. Outros Assuntos.**

Não foram discutidos quaisquer outros pontos

A reunião foi encerrada às 13:25 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 27 de janeiro de 2016

**A PRESIDENTE**

(Teresa Leal Coelho)



**Reunião de 27 de janeiro de 2016**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Passos  
António Leitão Amaro  
António Ventura  
Carlos Silva  
Cecília Meireles  
Cristóvão Crespo  
Duarte Pacheco  
Eurico Brilhante Dias  
Inês Domingos  
Ivan Gonçalves  
João Galamba  
João Paulo Correia  
João Pinho de Almeida  
Margarida Balseiro Lopes  
Mariana Mortágua  
Paulo Sá  
Paulo Trigo Pereira  
Ricardo Leão  
Rubina Berardo  
Teresa Leal Coelho  
Jorge Paulo Oliveira  
Júlia Rodrigues  
Margarida Mano  
Santinho Pacheco

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Anastácio

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Hortense Martins  
Paulino Ascensão